

Editorial

Prezadas(os) leitoras(es),

Em um contexto de aumento das tensões regionais na América do Sul e a emergência e continuidade de guerras regulares e irregulares em quase todas as regiões do mundo, apresentamo-lhes o volume 10, número 1 (2023) da *Revista Brasileira de Estudos de Defesa (RBED)*. Completando sua primeira década de existência, a *RBED* vem se firmando cada vez mais como um veículo plural e democrático para o debate bem fundamentado acerca das questões de segurança internacional, defesa nacional, forças armadas e sociedade, o que particularmente nos deixa — a diretoria da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) — bastante orgulhosos.

Como forma de manter a *RBED* sempre atual, e buscando aumentar continuamente nossa gama de colaboradores, estamos também em processo de atualização do nosso Conselho Editorial. Agradecemos a todas(os) que, até hoje, fizeram parte em algum momento de nosso Conselho, e damos as boas-vidas às(aos) novas(os) colaboradoras(es), que tão gentilmente se dispuseram a contribuir para a *Revista Brasileira de Estudos de Defesa* nos próximos anos.

Neste primeiro número, integralmente já organizado pela diretoria 2023-2024, cobrimos uma gama importante de assuntos, que passam por: uma revisão histórica da Guerra Fria; Israel e suas guerras com seus vizinhos; uma avaliação do reposicionamento estratégico alemão contemporâneo; dois debates teóricos, sendo um sobre o papel da logística na dissuasão e o outro sobre polaridade global, governança e direitos humanos; e três artigos analisando o Brasil: um sobre o papel da Escola Superior de Guerra no pensamento geopolítico do país; o segundo sobre o sistema de mísseis A-Darter, produzido em cooperação inédita com a África do Sul; e, por fim, uma desconstrução da relação entre gastos em defesa e investimentos privados no Brasil.

Marco Cepik e Júlio César Cossio Rodriguez abrem este volume com uma importante revisão histórica no artigo “Inteligência na Guerra Fria: acirramento e estabilização (1961-1975)”, onde trabalham como as agências de espionagem dos Estados Unidos da América se transformaram durante a disputa estratégica com a União Soviética. Cepik e Rodriguez apontam que o aumento da capacidade de coleta de informações no período não levou necessariamente a resultados positivos das operações de inteligência, além de ter aumentado a tensão em torno do controle democrático das atividades de inteligência dos EUA. Em uma apurada avaliação histó-

rica, que coordena condicionantes estruturais e contradições internas da sociedade estadunidense, mostram como tais serviços, em conjunto com as forças armadas e a diplomacia, se firmaram como burocracias irreversíveis e inevitáveis nos EUA, sendo fundamentais para evitar um enfrentamento direto entre as duas superpotências da época.

Nosso segundo artigo desta edição, “Uma análise da guerra Hezbollah-Israel de 2006 à luz da teoria clausewitziana”, de Karime Cheaito e Alexandre Rocha Violante, vem em um contexto importante para entendermos as guerras empreendidas pelos israelenses contra seus vizinhos, enquanto observamos o massacre civil na região de Gaza após os atentados terroristas do Hamas em Israel. A partir de um olhar clausewitziano, os autores concluem que, nos aspectos tanto de estratégia quanto de tática, Israel teve muitas falhas, reforçando o que já foi apontado pelo Comitê Winograd. Já o Hezbollah, apesar de ter logrado maior sucesso militar e político, passou a enfrentar uma maior oposição e políticas em direção a um desarmamento. O trabalho de Cheaito e Violante demonstra a atualidade da teoria de Clausewitz, mesmo para os conflitos irregulares da contemporaneidade, e nos dá insumos para olharmos criticamente a guerra Israel-Hamas, iniciada em outubro de 2023.

No artigo seguinte, Guilherme Thudim e Rodrigo Schmidt trazem uma análise sobre a base industrial de defesa da Alemanha. O argumento dos autores em “A Permanent Structured Cooperation (Pesco) e o European Defence Fund (EDF) como mecanismos de fomento à indústria de defesa da Alemanha” é que essas duas instituições de cooperação em defesa na Europa foram importantes, ainda que subutilizadas devido aos constrangimentos históricos pós-Segunda Guerra Mundial, para a reorientação estratégica alemã pós-2016. Thudim e Schmidt afirmam que o papel de destaque da Alemanha na Pesco e no EDF, assim como no desenvolvimento de sistemas de armas conjunto da União Europeia, contribuíram para que, em conjunto com o aumento orçamentário inédito em defesa após a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022, a Alemanha pudesse se repositonar no cenário de defesa por um viés de participação democrática, a partir de instituições multilaterais de cooperação em defesa — um tema que particularmente me é muito caro.

No primeiro de dois artigos de reflexão teórico-conceitual, “A Influência da Capacidade Logística no Poder Dissuasório”, Rodrigo Silva Campos de Moura e Fábio Ayres Cardoso discutem as abordagens teóricas da dissuasão e da logística, e sobre como a última pode contribuir, ainda que de forma indireta, para o poder de dissuasão de um Estado a partir do emprego militar em suas fases de projeção e sustentação de força. Os autores argumentam que a logística tem capacidade de influenciar em três aspectos

da dissuasão: a motivação do oponente; o objetivo e as ações da defesa dissuasória; e a confiança do adversário nas capacidades dissuasórias de fato, e concluem que os efeitos da logística são variáveis importantes na construção de uma dissuasão crível.

Na sequência, Guilherme Sandoval Góes avalia aspectos da relação entre a distribuição de poder global e os direitos humanos em “Multipolaridade, Governança Global e Questões Humanitárias”. O autor mostra como há espaço para um novo entendimento acerca da universalização dos direitos humanos que pode emergir a partir da reconfiguração de poder global e novas formas de governança. Através de uma avaliação da eficácia do Direito Internacional Humanitário, Góes afirma que a tensão entre dois modelos, um de reafirmação da ordem unipolar e outro da emergência de um modelo cosmopolita multipolar, pode trazer elementos que reconfiguram a agenda de assistência humanitária que vimos ser construída desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Iniciando as análises com foco no Brasil, temos em “O conceito de entorno estratégico brasileiro: um diálogo entre as geopolíticas prática e formal” um estudo acerca do pensamento geopolítico brasileiro oriundo da Escola Superior de Guerra (ESG). Layla Ibrahim Abdallah Dawood e Antonio Ruy de Almeida Silva avaliam como o desenho de uma noção ampliada de interesse geoestratégico do país, voltado a um olhar que buscava a construção de um Brasil potência, tem sua base em três autores fundamentais: Golbery do Couto e Silva, Therezinha de Castro e Carlos Meira Mattos. Dawood e Silva argumentam que o conceito de entorno estratégico desenvolvido por esses autores leva em consideração tanto a geopolítica formal quanto a prática, tendo a ESG concentrado a ponte entre ambas, o que contribuiu para que o imaginário geopolítico desenvolvido nesta instituição militar perdurasse ao longo do tempo até os mais recentes documentos de defesa. Em um momento em que se discute criticamente a baixa participação do parlamento, da academia e da sociedade civil na formulação dos documentos de defesa brasileiros, este artigo é uma contribuição importante sobre a dependência da trajetória da geopolítica brasileira nessa controversa instituição militar.

No artigo seguinte, que reafirma a relevância da cooperação em defesa entre países do sul global, Patrícia de Oliveira Matos e Carlos Roberto Santos discutem a efetividade da transferência de tecnologia no projeto A-Darter, de mísseis ar-ar de curto alcance, em uma inédita cooperação entre a Força Aérea Brasileira e sua contraparte da África do Sul. A partir de entrevistas com oficiais da FAB, da força aérea sul-africana e de civis de ambos os países envolvidos na iniciativa, “Transferência de Tecnologia em Projetos Militares: um Estudo do Projeto A-Darter” demonstra como este

foi um projeto pioneiro de transferência tecnológica baseada em um desenvolvimento conjunto deste sistema complexo que incorpora as tecnologias mais modernas disponíveis nessa categoria de mísseis, o que demonstra, na visão dos autores, a capacidade de absorção dessas tecnologias pela indústria de defesa brasileira.

Ainda na temática de investimentos em defesa, e concluindo os artigos desta edição da *RBED*, o manuscrito “Uma análise do impacto dos gastos militares nos investimentos privados no Brasil”, de Ariela Leske e Rafael de Moraes Lima, aborda uma questão de grande relevância no atual momento político brasileiro: o percentual do PIB gasto em defesa. Leske e Lima usam testes econométricos para demonstrar que, sob nenhuma das metodologias estudadas, pôde-se verificar alguma relação estatística entre os gastos em defesa no Brasil e os investimentos privados feitos no mesmo período, seja no curto ou longo prazos. Outros aspectos, sim, como a taxa de desemprego e o crescimento real do PIB, têm uma relação direta com o investimento privado. A relevância dessa pesquisa está em desconstruir um dos argumentos utilizados por parte dos militares e de parcela da sociedade brasileira que um maior orçamento para as forças armadas contribuiria para uma maior atividade econômica no país. Em um momento em que um forte *lobby* militar perpassa o Congresso Nacional buscando impor 2% do PIB para a Defesa, Leske e Lima são leitura fundamental para o embasamento desse debate necessário junto ao parlamento e à sociedade brasileira.

Fechamos o v. 10, n. 1 (2023) da *RBED* com uma resenha de Ana Penido para o livro *American Way of War: “guerra cirúrgica” e o emprego de drones armados em conflitos internacionais* (Curitiba: Editora Appris, 2019), organizado por Alcides Peron. Nela, Penido não poupa elogios ao autor, vencedor do Prêmio de Teses e Dissertações do Ministério da Defesa em 2014, em uma dobradinha de dois jovens talentosos nomes brasileiros no nosso campo de estudos de defesa. Atentando para o limiar entre o debate da ciência e tecnologia na guerra e os impactos sociais do uso dos *drones* nos enfrentamentos contemporâneos, Penido destaca como ambos não estão em conformidade com o direito humanitário vigente — em um oportuno diálogo com o artigo de Góes, neste mesmo número da *RBED*. Penido reforça a importância do livro para a concepção do que Peron nomeou de “guerreiros de cubículo”, os operadores de *drones* que operam em um modelo de desengajamento moral que promove a desumanização do inimigo. No contexto em que abri esta apresentação, esta resenha mostra o quão importante é o debate entre tecnologia, moral e guerra nos tempos em que vivemos.

Agradeço a todas(os) as(os) autoras(es) que gentilmente confiaram seus ótimos manuscritos à nossa *RBED*, assim como a todas(os) as(os) pare-

ceristas anônimos que contribuíram para a construção deste número que agora lhes apresento. E já aproveito para lhes convidar tanto a submeter suas pesquisas originais para apreciação pela *RBED*, assim como também a citar, usar em suas pesquisas e divulgar a excelência dos trabalhos que a *Revista Brasileira de Estudos de Defesa* ajudou a publicizar nestes seus primeiros dez anos de existência.

Parabéns à *RBED* e a toda a comunidade de estudos de defesa!

Um abraço, e boa leitura a todas(os).

Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2023.

Lucas Pereira Rezende

Editor-Chefe da *RBED*

Universidade Federal de Minas Gerais